


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006946-63.2016.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso o à pessoa de sua convivência que lhe cause pertu**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Maria da Penha Vieira dos Anjos propõe ação contra Jose Francisco dos Anjos Filho e Municipio de São Carlos aduzindo é genitora e curadora de seu filho Jose Francisco, portador de doença mental de natureza crônica e incapacitante, que encontrando-se em crise aguda necessita de internação. Afirma que se recusa ao tratamento ambulatorial ou, ainda, à internação voluntária. Que não dispõe de recursos financeiros, e a internação deverá ser providenciada e custeada pela municipalidade ré.

A fls. 28/29 a tutela de urgência foi deferida determinando-se sua internação.

A fls. 35 houve a comunicação da internação.

Contestação a fls. 37/40.

Manifestação do MP a fls. 47.

A fls. 55/58 a autora atravessou petição noticiando a "fuga" do corréu, requerendo-se nova internação, tendo o MP concordado com o pedido a fls. 69.

A medida foi deferida a fls. 72, comunicando-se seu cumprimento a fls. 74.

A fls. 80 determinou-se a expedição de ofício ao Hospital e a nomeação de Curador Especial ao corréu.

O Curador Especial contestou a fls. 88, por negativa geral.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o

**1006946-63.2016.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A Lei nº 10.216/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, em seus arts. 4º e 6º, estabelece que a internação do portador de transtorno mental somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize seus motivos, e somente será indicada quando os recursos extra-hospitalares mostrarem-se insuficientes.

Trata-se do caso dos autos.

O laudo médico de fls. 18 indica que o requerido *"evolui com episódios maníacos com sintomas psicóticos (F.31.2), agitado, em risco de heteroagressividade, não aceita a medicação, não aceita outras tentativas voluntárias. Dado quadro clínico, solicito internação compulsória."* Consta dos autos ainda que o requerido já passou por duas internações, ambas judicialmente determinadas.

Nesse cenário, mostra-se indispensável a internação.

Tendo em vista que o requerido e sua família não possuem recursos para custear o tratamento em regime de internação, indispensável a condenação da municipalidade-ré para que assumam o encargo, vez que, em conformidade com o disposto no art. 3º da lei já mencionada, é de responsabilidade do poder público o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais.

Frise-se que, no Estado de São Paulo, a Lei Complementar nº 791/1995, Código de Saúde do Estado, estabelece em seu art. 33 que o SUS inclui a internação psiquiátrica entre as ações e serviços de saúde nele contemplados, ainda que como último recurso terapêutico.

O Min. GILMAR MENDES, no Agravo Regimental no Pedido de Suspensão de Tutela Antecipada nº 175, após amplo e democrático debate, por meio de uma série de audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal, destacou que, no julgamento em que são

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

postuladas providências estatais para a tutela do direito à saúde, o Judiciário deve certamente impor a prestação ao Poder Público, se existe política estatal que abranja a prestação de saúde pleiteada pela parte, já que se trata de simples descumprimento das normas administrativas.

Ora, no caso dos autos, trata-se precisamente dessa situação.

Cumprе salientar, porém, a impossibilidade de se admitir prescrição e/ou relatório médico subscrito por profissional particular. O SUS constitui um sistema, e para que se garanta o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde, necessário que sejam respeitadas as normas estabelecidas em relação às portas de entrada no sistema (serviços de atendimento inicial à saúde, do usuário do SUS), instituídas pelo Decreto nº 7.508/11, cujo art. 28, I e II estabelece de modo expresse que o acesso à assistência farmacêutica pressupõe estar o usuário assistido por ações e serviços de saúde do SUS e ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS.

No caso dos autos, a prescrição é oriunda do SUS, de maneira que se faz imperioso o acolhimento do pedido.

Assim, a procedência da ação é de rigor.

Em que pese a irresistência do Município, havia interesse processual quando proposta a ação, vez que, como é notório a todos que militam neste foro, há indiscutível resistência dos entes públicos em custear as internações involuntárias, estejam ou não presentes seus requisitos fáticos e jurídicos, sendo sempre necessária, infelizmente, a intervenção judicial. Sem esta, não ocorrem as internações para tratamento.

No tocante ao portador do transtorno mental, não ficou caracterizada a resistência de sua parte desde antes da propositura da ação e, mesmo que isso tenha ocorrido, se o ente público efetivasse as internações involuntárias, que independem da anuência do portador do transtorno, o processo não seria necessário. Logo, em atenção ao princípio da causalidade, não deve ser responsabilizado pelas verbas sucumbenciais.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Julgo procedente a ação para, confirmada a antecipação de tutela de fls. 28/29, decretar a internação compulsória de Jose Francisco dos Anjos Filho, condenando o Município de São Carlos na obrigação de fazer consistente em providenciar, às suas expensas, enquanto necessário, a internação do paciente em clínica especializada, seja na rede pública, seja em clínica particular, sob pena de bloqueio do valor necessário ao custeio do tratamento. Condeno o ente público réu nas verbas sucumbenciais, pelas razões expostas anteriormente, salientando-se que a ausência de resistência no curso do processo não afasta a responsabilidade, porquanto esta se rege pelo princípio da causalidade, visto no momento da propositura da ação, e não depois. A responsabilidade pelas custas e despesas limita-se ao reembolso das eventualmente adiantadas pela parte autora. Os honorários são arbitrados, por equidade, em R\$ 400,00 no total, tendo em vista o caráter repetitivo da lide e a ausência de complexidade jurídica.

Havendo descumprimento, a parte autora deverá informar tal fato nos autos e nestes juntar orçamento de estabelecimento comercial, hipótese em que o juízo, nos termos do § 5º do art. 461 do CPC, determinará o imediato bloqueio de ativos da(s) parte(s) ré(s), na medida suficiente para a tutela do seu direito à saúde por 03 meses, levantando a quantia em favor da parte autora para que esta adquira o(s) bem(ns) postulado(s), conforme excepcionalmente faz-se necessário para a tutela do direito fundamental à saúde, nos termos da jurisprudência formada no STJ (REsp 770.969/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2ªT, j. 15/09/2005; REsp 869.843/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, 1ªT, j. 18/09/2007) e que consolidou-se, naquele tribunal, em julgado submetido ao regime dos recursos repetitivos (REsp 1.069.810/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, j. 23/10/2013).

Por oportuno, defiro à autora os benefícios da AJG. Anote-se.

P.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME**

**1006946-63.2016.8.26.0566 - lauda 4**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**